



Para especialistas, é erro baixar maioria penal para 16 anos



Gerardo Menezes/Agência Senado

Em audiência, debatedores disseram que sociedade só apoia mudança porque se deixa levar por “discurso de medo e ódio”

A Comissão de Direitos Humanos reuniu representantes do governo, de ONGs e de entidades de juízes, procuradores, defensores públicos e advogados para debater a possibilidade de redução da maioria penal de 18 para 16 anos. Todos se disseram contrários à mudança. Segundo eles, a medida não reduzirá a violência porque os menores respondem por apenas 0,5% dos homicídios e das tentativas. As estatísticas, de acordo com os especialistas, têm sido deturpadas de modo a induzir a sociedade a crer que os jovens são responsáveis por grande parte da criminalidade do país. **3**

Telmário Mota (C) conduz a audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado a respeito da redução da maioria penal

Acesso à educação inclusiva é desafio para autistas 2

Começa exame da Medida Provisória do Futebol 4



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Renan critica terceirização de atividade-fim de empresas

Jonas Pereira/Agência Senado



O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ser um retrocesso permitir que as empresas terceirizem as atividades-fim. A medida está prevista em texto aprovado na Câmara, que será analisado no Senado. Para ele, é preciso regulamentar os terceirizados, mas sem ameaçar direitos. **6**

Renan recebe a visita do ministro Mangabeira Unger (E), que pediu mais discussão sobre a proposta

Indicados a embaixadas também foram ouvidos ontem na CRE

Comissão aprova fim de sigilo em empréstimos a outros países 8

Vetos de Dilma serão analisados na terça-feira 7

Programa amplia posse de terra na Amazônia 5

Instalado grupo para debater salário mínimo 6

Senado apresenta em evento avanço do meio digital 4

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Retirada e reconstrução da mama em uma só cirurgia
Lei 12.802/2013

O tratamento do câncer de mama não precisa deixar essa marca

O Congresso Nacional aprovou a lei que obriga o SUS a fazer a retirada e a reconstrução da mama afetada em uma só cirurgia, quando não houver contraindicações. Uma medida que valoriza a autoestima da mulher.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei





No auditório lotado, Romário (à mesa, à esq.) coordena evento destinado a “tirar das sombras as pessoas com autismo”

Senado discute autismo e desafios da escola inclusiva

Seminário reuniu pais, educadores e especialistas para debater o cumprimento da política nacional de proteção aos direitos do autista, preconceito e formas de garantir educação inclusiva de verdade

“UM DOS NOSSOS objetivos é retirar das sombras as pessoas com autismo.” Esse foi o recado do senador Romário (PSB-RJ) ao abrir o seminário Autismo e os Desafios da Educação Inclusiva, ontem, no Senado. O público lotou o auditório do Interlegis (com capacidade para 200 pessoas) e telões tiveram que ser instalados em três salas de comissões, que também ficaram lotadas de pais, educadores e outros profissionais.

No debate, que reuniu experiências no Brasil e no Reino Unido, o embaixador britânico no Brasil, Alex Ellis, fez um relato sobre as muitas vezes em que viu seu filho ser maltratado na escola. Ellis é pai de Thomas, que tem síndrome de Asperger. De acordo com o embaixador, o preconceito nunca veio dos colegas nem dos professores, mas dos pais das crianças. Eles temiam que o desempenho

de Thomas prejudicasse os resultados da escola.

— Por favor, nas festas de aniversário das crianças do colégio, convidem todas. Não excluam deficientes — pediu.

Di Roberts, da Associação das Escolas Técnicas do Reino Unido, falou sob o ponto de vista dos educadores. Em sua escola, estudam 3 mil alunos entre 16 e 18 anos. Do total, mil têm necessidades especiais de educação e 150 são autistas. No atendimento a eles, relatou, são desenvolvidas técnicas para possibilitar aos jovens uma vida mais independente, além de prepará-los para o mercado de trabalho e o ensino superior.

A realidade das escolas brasileiras é distinta, afirmou a pedagoga Cláudia Moraes. Ela lembrou que a educação é um problema no país, não apenas para crianças com necessidades especiais, e salientou que são imensos os desafios para

a educação inclusiva.

— Para um programa inclusivo de resultado, devemos manter especialistas nas escolas, como psicólogos e fonoaudiólogos, e ter parceria com profissionais que atuam com os alunos fora do colégio. Precisamos também de treinamento contínuo de todos os profissionais da escola, além de trabalho conjunto com a família.

O cumprimento da Lei 12.764/2012, que traz a política nacional de proteção aos direitos dos autistas, foi bastante cobrada no debate. Romário ressaltou que o Brasil está longe do ideal em políticas públicas para os cuidados das pessoas com deficiência e autistas e disse que a sociedade ainda discrimina esses indivíduos.

Estima-se que haja 2 milhões de autistas no Brasil. O transtorno autista afeta a capacidade de interação social, a comunicação e o comportamento.

Vanessa destaca apresentação do Mais Médicos em Cuba

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) relatou em Plenário que o Programa Mais Médicos chamou a atenção dos participantes da Convenção Internacional de Saúde Pública (Cuba Salud), que começou no domingo e termina hoje, em Havana. Ela e Humberto Costa (PT-PE) integraram a comitiva brasileira. A apresentação do programa coube ao ministro da Saúde, Arthur Chioro.

A senadora afirmou que o Mais Médicos beneficia 60 milhões de brasileiros que vivem no interior ou na periferia de grandes cidades. Ela lembrou que, no Brasil, há 1,8 médicos para cada 1.000 habitantes, enquanto a média mundial é de 2,5 e a cubana é de quase 7.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Gladson: planejamento malfeito causa crise hídrica e energética

O Brasil precisa repensar todo o sistema de energia elétrica e de armazenamento de água para abastecimento humano e a irrigação, alertou Gladson Cameli (PP-AC). Ele afirmou que a escassez de energia e de água é uma ameaça que afeta todo o país.

Para o senador, essa escassez não é fruto apenas da falta de chuvas, mas resultado de um planejamento malfeito em anos anteriores. Um dos erros do governo, na opinião de Gladson, foi ter cedido à pressão de ambientalistas e deixado de construir hidrelétricas utilizando reservatórios para acumular água e gerar energia o ano todo, como ocorre na Usina de Belo Monte, no Pará.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Bezerra conhece programa americano de reciclagem de água

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, participou, na quarta, de reunião no Departamento de Água e Energia de Los Angeles, nos Estados Unidos.

Ele foi à cerimônia de lançamento da nova fase da Unidade de Reciclagem de Água de Terminal Island. A região da Califórnia — e, particularmente, a cidade de Los Angeles — vem desenvolvendo diversas políticas públicas para enfrentar a seca.

Ontem, o senador visitou o Porto de Los Angeles, onde são desenvolvidas atividades relacionadas à sustentabilidade, energias renováveis e conservação ambiental.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Viana agradece empenho de senadores na votação do Marco da Biodiversidade

Jorge Viana (PT-AC) agradeceu ontem aos senadores que, na sua ausência, “se empenharam, debateram e votaram” o PLC 2/2015, que trata



André Cordeiro/Agência Senado

o acesso à biodiversidade e ao conhecimento tradicional. Aprovado pelo Senado dia 15, a proposta retorna à Câmara.

O senador disse que o projeto ficou 8 meses na Câmara e só 21 dias no Senado, que, em

sua avaliação, aperfeiçoou o texto aprovado pelos deputados.

Ele relatou que, com Aloysio Nunes (PSDB-SP) e Luiz Henrique (PMDB-SC), participou do Congresso Mundial de Águas, na Coreia do Sul, e da preparação do Encontro Parlamentar dos Brics (formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que ocorre em julho, em Moscou.

Rádio Senado aborda alterações no acesso ao patrimônio genético

No Reportagem Especial deste final de semana, a Rádio Senado apresenta todas as mudanças trazidas pelo novo Marco Legal da Biodiversidade (PLC 2/2015), aprovado pelo Senado e que voltou à Câmara dos Deputados para

análise. A proposta trata das regras para o acesso ao patrimônio genético brasileiro e aos conhecimentos tradicionais. A reportagem “Brasil diverso” vai ao ar hoje, às 18h, com reprise amanhã, às 10h, e no domingo, às 17h.

COMO OUVIR

- ▶ **Dia e horário:** hoje, às 18h, com reprise amanhã, às 10h, e no domingo, às 17h, horário de Brasília.
- ▶ **Para sintonizar:** a Rádio Senado transmite sua programação para Brasília e regiões vizinhas na frequência de 91,7 MHz e para outras nove capitais: Cuiabá (102,5 MHz), Fortaleza (103,3 MHz), João Pessoa (106,5 MHz), Manaus (106,9 MHz), Natal (106,9 MHz), Rio Branco (100,9 MHz), Teresina (104,5 MHz), Macapá (93,9 MHz) e São Luís (96,9 MHz).
- ▶ **Pela internet:** os programas da Rádio Senado são distribuídos para mais de 2 mil emissoras no país por meio da RadioAgência, e podem ser acessados no endereço www.senado.leg.br/radio

Programa Em Discussão debate “saudosismo” da ditadura militar

Os pedidos de alguns grupos pela volta da ditadura durante as recentes manifestações causaram espanto e revolta, principalmente em quem testemunhou os chamados anos de chumbo.

Por que querem a volta da ditadura, o fim das liberdades? A censura, as prisões, os desaparecimentos? Será que o longo processo de construção da democracia falhou? É o que perguntam ativistas, familiares de desaparecidos e políticos. Eles compareceram à Comissão de Direitos Hu-

manos (CDH) e lembraram os 51 anos do golpe de 1964. A audiência da CDH em 31 de março é a matéria-prima do *Em Discussão*, da TV Senado, que começa a ser veiculado neste final de semana.

COMO ASSISTIR

- ▶ **Dia e horário:** amanhã, às 23h30
- ▶ **Horários de reapresentação:** domingo, às 9h e às 16h30; segunda-feira, às 1h30; sábado seguinte, dia 2, às 16h30
- ▶ **Pela internet:** o programa está disponível na página da TV Senado <http://bit.ly/EmDiscussaoTV>

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão de discursos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário:** <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões:** <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Especialistas: “discurso de ódio e medo” infla apoio à redução da maioridade penal

Em audiência pública no Senado, debatedores afirmaram que apenas 0,5% dos homicídios do país são cometidos por menores de idade

O APOIO QUE a população vem expressando à redução da maioridade penal, de 18 para 16 anos, em grande medida é estimulado por “discursos de ódio e medo” e por dados que amplificam falsamente a participação de menores em crimes no país. O alerta partiu de participantes da audiência pública que debateu o tema ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Os convidados lembraram estatísticas da Secretaria Nacional de Segurança Pública que indicam serem os jovens entre 16 a 18 responsáveis por apenas 0,9% da criminalidade no país. A taxa cai para 0,5% quando se examina a participação em homicídios ou tentativas.

Apesar desses dados, pesquisas mostram o apoio de mais de 70% da população à redução da maioridade penal. A defensora pública Bruna Rigo Leopoldi Ribeiro Nunes, de São Paulo, apelou aos brasileiros para que “repensem tudo” o que vêm ouvindo sobre o tema. Para ela, que representou a Associação Nacional dos Defensores Públicos, o tom dos discursos não vem contribuindo para uma decisão informada e racional, traduzindo mais um “sentimento de vingança”:

— São discursos inflamados de ódio, inflamados de medo. É toda uma discussão inflamada pela violência e por dados inverídicos.

Depois de lembrar que o sistema carcerário do país já abriga mais de 500 mil condenados, Felipe da Silva Freitas, integrante da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência



André Bezerra, presidente da Associação Juizes para a Democracia, critica proposta de redução da maioridade penal

da República, afirmou que o “discurso do medo” não é útil para debater a maioridade, pois “paralisa e interdita a capacidade de reflexão”.

Estelionato

Na abertura da audiência, foi apresentado um vídeo com uma reportagem de TV sobre o tema. Entre deputados federais defensores da tese que foram ouvidos, alguns chegaram a citar supostas estatísticas que atribuem aos menores de 18 anos não menos que 50% dos crimes no país. Alguns chegaram a falar em 70%.

Para Luciana Loureiro Oliveira, procuradora regional dos Direitos do Cidadão no Distrito Federal, a redução da maioridade penal não é solução para a criminalidade juvenil. Ela considerou a proposta uma tentativa de enganar a população, um “estelionato contra a sociedade”. Segundo ela, além das medidas socioeducativas, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) já oferece respostas adequadas, bastando ser aplicado.

— Aquele jovem que já está marginalizado em todos os sentidos, pela completa au-

sência do Estado, não merece ser jogado na vala comum do sistema penitenciário — disse.

Outros participantes alertaram para um eventual agravamento da criminalidade se a redução da maioridade penal prevalecer. André Augusto Salvador Bezerra, presidente da Associação Juizes para a Democracia, lembrou que as estatísticas mostram que chega a 70% a taxa de reincidência no sistema prisional no país.

O juiz citou um estudo realizado pela Universidade de Montreal sobre os efeitos do encarceramento de jovens. Segundo ele, os dados mostraram que eles têm probabilidade 37 vezes maior de se envolverem em detenção na idade adulta, na comparação com outros que igualmente cometeram crimes, mas cumpriram outras medidas em vez do encarceramento.

— Vamos colocar essa situação no Brasil, que tem porta muito maior para a criminalidade, e imaginar o que a sociedade colherá se essa medida for aprovada — provocou.

Quase todos os participantes sustentaram o argumento de que a maioridade aos 18 anos é cláusula pétreia da Constituição

e, portanto, imodificável. Pedro Paulo Guerra de Medeiros, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), salientou que a entidade está disposta a acionar o Supremo Tribunal Federal para questionar a redução, caso a proposta seja aprovada pelo Congresso. A seu ver, os defensores da medida estão praticando uma espécie de “populismo penal”.

Contra o argumento de que os menores ficam impunes, visto como um “mito” a ser enfrentado, Angelica Moura Goulart, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, ressaltou que, entre as medidas corretivas do ECA, se inclui restrição de liberdade. Muitas vezes, observou, adolescentes e jovens são proporcionalmente mais punidos que os adultos quando cometem o mesmo tipo de infração.

Para Ângela Guimarães, secretária nacional de Juventude e presidente do Conselho Nacional da Juventude, há uma “grita desproporcional” pela redução da maioridade, diante de números ínfimos de crimes hediondos e crime contra a vida envolvendo adolescentes.

PEC rejeitada pelo Senado em 2014 pode voltar à pauta

A Câmara dos Deputados analisa atualmente uma proposta de emenda constitucional que reduz a maioridade penal para 16 anos (PEC 171/1993). No Senado, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) rejeitou em 2014 a PEC 33/2012, que prevê possibilidades para que maiores de 16 anos sejam julgados como adultos. No entanto, a PEC ainda pode ser analisada, já que o autor, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), e outros senadores apresentaram recurso para a votação em Plenário.

Telmário Mota (PDT-RR), que coordenou a audiência, em substituição ao colega Paulo Paim (PT-RS), que preside a

CDH e está em licença para tratar da saúde, frisou que o país vive uma crise política e moral e que os brasileiros têm pressa e querem mudanças. Por isso, muitas vezes abraçam causas por crença injustificada de que seus problemas serão resolvidos, como acredita ser o caso da ideia de que a redução da maioridade trará resposta para a questão da violência.

— A mídia faz uma projeção muito grande, principalmente os programas sensacionalistas, policialescos. O que dá audiência é ver um corpo no chão ou um jovem sendo apreendido, mostrar uma coisa ruim, sem se preocupar com estatística, que não dá audiência — comentou.

Para senadores, encarcerar aos 16 anos não resolve problema

Senadores na audiência da CDH questionaram a eficácia de eventual redução do limite de 18 para 16 anos e enfatizaram a obrigação de o Estado prover a assistência necessária às crianças e aos adolescentes.

Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que políticas voltadas ao delito são destinadas ao fracasso e que o Estado deve voltar a atenção aos jovens, identificando fatores de risco, como o afastamento da escola.

Cristovam Buarque (PDT-DF) ressaltou que, embora entenda o sentimento de vingança de quem sofre uma perda em decorrência de ato praticado por menor, o Parlamento “não deve cair na

tentação” de simplesmente seguir a vontade da maioria na questão da maioridade. Para ele, a mudança não reduziria a violência e levaria à condenação penal de jovens que não tiveram o devido apoio, principalmente educacional.

Regina Sousa (PT-PI) citou medidas do Estatuto da Criança e do Adolescente para negar que crianças e adolescentes infratores não são punidos. Para ela, entidades contrárias à redução têm de pressionar os parlamentares.

Telmário Mota (PDT-RR), frisou que a preocupação da CDH é ouvir especialistas no assunto, sejam contra a redução da maioridade ou a favor.

Projeto determina penas maiores para crime de receptação

Projeto que trata do aumento das penas para o crime de receptação de mercadoria roubada foi aprovado pela Câmara na semana passada e deve chegar ao Senado nos próximos dias. O PL 8.137/2014, do deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), aumenta a pena geral do crime, que passa a ser de 2 a 8 anos de reclusão e, no crime qualificado, de 3 a 10 anos de reclusão, além de multa. Atualmente, o Código Penal fixa pena de reclusão de 1 a 4 anos e de 3 a 8 anos para a receptação qualificada.

O autor afirma que a receptação não é um crime menos grave que o roubo ou o furto. Na Câmara, porém, o projeto suscitou polêmica. Os deputados Alessandro Molon (PT-RJ) e João Campos (PSDB-GO) ressaltaram que aumentar pena de um crime pode desestruturar o sistema previsto pelo Código Penal. Como exemplo, Molon lembrou que a pena mínima para homicídio simples é de 6 anos, enquanto a pena mínima para falsificação de cosméticos é de 10 anos. Outros deputados apoiaram o texto, dizendo que a receptação alimenta crimes como furto e roubo. (Com informações da Agência Câmara)

Hélio José quer reforço na segurança das escolas do DF

Hélio José (PSD-DF) sugeriu o aumento do contingente do Batalhão Escolar para garantir a segurança nas escolas públicas do Distrito Federal. Atualmente, o DF conta com 400 policiais para fiscalizar 1.190 escolas.

A violência preocupa o senador, que citou casos de homicídio, cadeiradas, execução à queima-roupa, bala perdida e brigas entre gangues que ocorreram em escolas públicas do DF nos últimos dois anos.

O senador elogiou a iniciativa de implementar, até o final do ano, ações para melhorar a segurança nas escolas, mas afirmou que as medidas devem ser imediatas e seguidas de um amplo debate sobre a cultura de paz e harmonia na sociedade.

— Precisamos discutir o policiamento para que as escolas não sejam palco de violência, para que os alunos frequentem com tranquilidade as escolas.



Valdemir Boreto/Agência Senado



Otávio Leite, relator, apresenta propostas em reunião da comissão, também composta por Pimentel e Benedito de Lira

Relator afirma que fará mudanças na MP do Futebol

Comissão mista que analisará medida provisória foi instalada ontem. Proposta estabelece medidas saneadoras para clubes de futebol, que, em troca, poderão parcelar dívidas que têm com o governo

FOI INSTALADA ONTEM a comissão mista que analisará a MP do Futebol (Medida Provisória 671/2015). O texto, encaminhado pelo governo, cria o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut). A proposta também trata da gestão temerária dos clubes esportivos e cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol.

Na terça-feira, a comissão se reunirá para conhecer o plano de trabalho do relator, deputado Otávio Leite (PSDB-RJ). Ele informa que vai fazer mudanças no texto original:

— Precisamos oferecer algo que seja marcante, para que não tenhamos que, daqui a seis ou oito anos, passar pelo dissabor de ouvir os dramas dos clubes e imaginar saídas novas. Teremos agora um amadurecimento para que, somando-se às emendas que

foram apresentadas à MP e ao debate que aqui se travará, possamos chegar a um denominador comum.

Deputados e senadores apresentaram 181 emendas. Entre elas, propostas que facilitam a transformação de clubes em empresas e a retirada da exigência de investimentos no futebol feminino. Leite disse que o texto manterá contrapartidas para o clube que aderir ao refinanciamento das dívidas:

— De nada adianta socorrer os clubes e permitir que eles saiam do atoleiro sem fixar uma série de parâmetros que são reestruturadores.

O senador Sérgio Petecão (PSD-AC) e o deputado Andres Sanchez (PT-SP) foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da comissão. O relator-revisor é o senador Zeze Perrella (PDT-MG).

Líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE)

conduziu a instalação da comissão. O senador disse estar confiante na construção de um texto de consenso.

Um dos principais pontos trata do parcelamento dos débitos dos clubes com o governo federal. A medida também permite parcelar dívidas de FGTS e contribuições sociais.

Para aderir ao Profut e ter acesso aos parcelamentos, a MP estabelece que os clubes terão de cumprir exigências, como auditorias independentes, a limitação a quatro anos do mandato dos dirigentes (permitida uma única reeleição) e investimentos mínimos na formação de atletas e no futebol feminino.

Depois da comissão mista, a MP será analisada pelos Plenários da Câmara e do Senado. Se o Congresso não aprovar a MP em até 4 de maio, a medida trancará a pauta. O prazo no Congresso se encerra no dia 18.

Renan mostra em evento avanço do uso de meio digital no Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou ontem da abertura do seminário Brasil 100% Digital, organizado pelo Tribunal de Contas da União, pela Casa Civil e pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. O evento, que termina hoje, tem como objetivo promover a troca de experiências em uso de serviços digitais e de dados abertos como instrumento de transparência e controle social, com foco na melhoria de serviços e políticas públicas.

Renan lembrou que, segundo especialistas, até o final desta década, quase 3 bilhões de pessoas em todo mundo usarão meios digitais.

— Vejam que em nosso país não é mais possível votar, fazer declaração de renda, inscrições em programas e concursos e muitos outros cadastramentos sem o suporte eletrônico — exemplificou.

Ele disse que é preciso tirar o melhor proveito dos dados, programas, aplicativos e equipamentos à disposição.

— Sabemos o quanto a digitalização é importante para o país e, principalmente, a governança moderna, a gestão, o controle, a economia de recursos e a transparência.

Renan falou sobre a implantação do processo eletrônico no Senado. As mudanças permitirão a produção, a tramitação e a gestão de documentos em meio digital, acabando com o uso de papel e permitindo o acesso simultâneo em diferentes setores. Já foram cadastradas mais de 3 mil assinaturas eletrônicas para certificações do fluxo de documentos. A meta é que o sistema esteja totalmente implantado até o dia 4.

— Tal providência nos permitirá mais redução de custos, aumento da segurança, preservação ambiental, maior celeridade na tramitação dos documentos e mais eficiência administrativa. É o que propusemos desde o início de nossa gestão na Presidência do Senado: fazer mais com menos — concluiu.



Renan (3º à esq.) na mesa de abertura do seminário 100% Digital, em Brasília

Alvaro lamenta inação que levou Petrobras a prejuízo de R\$ 21 bi

Após a publicação do balanço de 2014 da Petrobras, Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou a inação governamental que levou a estatal ao prejuízo de R\$ 21,6 bilhões no ano passado, afirmando que, se o governo Dilma tivesse tomado providências no devido tempo, hoje a empresa não seria a mais endividada do mundo.

Lendo documento do Instituto Teotônio Vilela, do PSDB, Alvaro definiu o balanço como “a melhor expressão da mistura tóxica de incompetência, má gestão e corrupção que envolveu a atuação da empresa nos últimos 12 anos”.



Alvaro Dias/Agência Senado

Fátima Bezerra acredita no resgate da confiança na estatal

Fátima Bezerra (PT-RN) acredita que a divulgação do balanço da Petrobras, na quarta-feira, e a gestão do presidente da estatal, Aldemir Bendini, vão significar o resgate da confiança na empresa. A senadora também destacou o fato de as ações da Petrobras estarem subindo. Para ela, a empresa vai agora avançar na relação com investidores e acionistas.

Fátima elogiou a escolha de Bendini para presidir a companhia e prevê tempos positivos para a estatal:

— Aqueles que apostaram no caos, no quanto pior melhor, aqueles que torciam para que as ações da Petrobras derretessem, quebraram a cara porque as ações estão em franco processo de recuperação.

Dário: crise econômica também se tornou crise de autoestima

Dário Berger (PMDB-SC) apontou questões estruturais que, para ele, impedem que o Brasil cresça de forma sustentável, entre 3% e 4% ao ano. Um dos gargalos, disse, é a queda nos investimentos em logística.

— Para crescermos de forma sustentável, o investimento deve ser entre 20% e 25% do PIB. Abaixo, o que existe são ciclos de crescimento alternados com crises.

Dário adverte que o quadro atual fez com que a crise econômica se tornasse também uma crise de autoestima dentro da sociedade.

— O fato é que já transcendeu questões fiscais. Feri nosso orgulho, nunca vi clima de pessimismo igual.

Medeiros pede rejeição a veto sobre compensação da Lei Kandir

José Medeiros (PPS-MT) lamentou que a presidente Dilma tenha vetado os recursos para compensar os estados pelas perdas provocadas pela Lei Kandir em 2014. Para Mato Grosso, a verba chega a R\$ 450 milhões. Segundo ele, a bancada do estado deve pedir que o Congresso rejeite o veto.

— O governo está tolhendo a possibilidade de o leite ser escoado, de o ônibus que leva as crianças da zona rural chegar, porque as pontes caem e não têm como ser refeitas.



José Medeiros/Agência Senado

Wellington diz que guerra fiscal prejudica desenvolvimento

Wellington Fagundes (PR-MT) saudou, na quarta-feira, os avanços na revisão do pacto federativo, mas destacou as consequências da guerra fiscal, que, disse, tem prejudicado o desenvolvimento das regiões mais carentes de infraestrutura.

Ele comemorou a promulgação de emenda que redistribui aos estados consumidores parte do ICMS sobre o comércio eletrônico. E espera que seja votado logo o novo do indexador das dívidas dos estados.

— É muito alta essa taxa [de juros] para os municípios que investiram na infraestrutura, com retorno a longo prazo — afirmou o senador.

Posse de terra avança na Amazônia, diz ministro

Programa Terra Legal concedeu 19 mil títulos de propriedade e regularizou cerca de 11 milhões de hectares. Expectativa do governo é de acelerar processo nos próximos anos

EM CINCO ANOS, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Programa Terra Legal, conseguiu regularizar e emitir quase 19 mil títulos de propriedade na área da Amazônia, o equivalente aos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte juntos, sendo mais de 10 mil só em 2014. A informação é do secretário de Regularização Fundiária da Amazônia Legal do ministério, Sérgio Lopes, durante audiência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) ontem.

Do total de 55 milhões de hectares sem destinação e regularização na Amazônia, o programa já conseguiu regularizar 11 milhões. Segundo Sérgio, desde o surgimento da Lei 11.952/2011 (sobre regulação fundiária em terras da União na Amazônia Legal), o ministério tem adquirido expertise para fazer o processo complicado de checagem e liberação da terra, que envolve vários órgãos do governo, reunidos numa câmara técnica, entre eles o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

— É preciso um trabalho de assessoramento e conhecimento do território e, a partir



Ana Amélia (ao microfone) presidiu audiência sobre posse de áreas para agropecuária e assentamentos na floresta

disso, é que vai a titulação — disse.

A expectativa do secretário é de que o trabalho se acelere nos próximos anos, buscando a simplificação e a padronização dos processos, ainda que não seja possível trabalhar da mesma forma em diferentes estados, por suas peculiaridades. Rondônia foi o estado onde mais se avançou. Já Mato Grosso, Amapá e Rondônia são os que mais têm dificuldades.

Assentamentos

Richard Torsiano, diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, também trouxe dados sobre os assentamentos da reforma agrária. Atualmente existem 9.223 projetos de assentamento, que beneficiam 965 mil famílias em 88 milhões de hectares. Foram emitidos mais de 320 mil títulos de domínio ou de

concessão de uso, 30% do total.

Torsiano revelou que a Lei 13.001/2014 trouxe avanços e permitirá o incremento na regularização. Pelo texto jurídico, poderão ser regularizados projetos criados antes de dezembro de 2003, desde que observados alguns requisitos como o tamanho da área. Há previsão de redutores e bônus de adimplência na alienação de imóveis localizados em projetos de assentamentos, entre outros pontos.

— A regulamentação vai passar por um processo de diálogo, certamente esta Casa fará parte, para que a gente regularmente acatando e ouvindo questões que são peculiares dos estados — declarou.

Ele também frisou que os assentados originais que repassaram a posse para terceiros terão dificuldades para obter a regularização.

— O Incra não vai se tornar uma grande imobiliária no país — observou.

Ele respondeu a questionamento do senador Donizeti Nogueira (PT-TO) e disse que o órgão, responsável pela autorização de aquisição de terras por estrangeiros no país, não detectou um aumento do interesse desses pedidos.

— Se está ocorrendo um processo de ocupação e compra de terras por estrangeiros no Brasil, está entrando pela porta dos fundos — afirmou.

Portaria revogada

Outro assunto discutido durante o debate foi levantado pelo senador Blairo Maggi (PR-MT), que questionou a publicação da Portaria 294/2014, da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), declarando como da União 2 milhões de hectares nas áreas de várzea

do Araguaia, envolvendo nove municípios em Mato Grosso e três no Tocantins. Apesar de a portaria ter sido revogada em fevereiro deste ano, foram muitos os problemas causados no período em que vigorou.

— Quando saiu a portaria, foi um alvoroço tremendo, pois dizia que os cartórios não poderiam mais vender terras naquela área, não poderiam fazer mais nada — afirmou.

A secretária de Patrimônio da União (SPU), Cassandra Maroni, explicou que a secretaria edita portarias como essa quando pretende gravar as áreas que são indubitavelmente da União nos cartórios ou sinalizar publicamente para que a população saiba disso.

Ela reconhece ter havido incongruências nessa edição.

— A portaria foi revogada. Não porque foi descuidada do ponto de vista técnico, mas porque não dialogou com os entes. Foi revogada depois de uma longa conversa que tivemos com os municípios — detalhou.

A secretária também opinou sobre o fim dos terrenos de marinha, sugestão defendida por Dário Berger (PMDB-SC). Para Cassandra, esses territórios são importantes para a preservação e a garantia de acesso da população às praias, por exemplo.

Começa análise sobre emplacamento de tratores

Foi instalada ontem a comissão mista que vai analisar a MP 673/2015, que dispensou de licenciamento e emplacamento os tratores e veículos destinados a puxar ou arrastar maquinaria agrícola.

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) será o presidente; o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), o relator; o senador Blairo Maggi (PR-MT), o relator-revisor; e o deputado Zeca Dirceu (PT-PR), o vice-presidente.

Gurgacz anunciou que o desafio é elaborar um texto que atenda os pleitos do setor produtivo.

— Temos que definir um texto que impossibilite não só ao governo federal, mas também aos estados e municípios criarem taxas sobre equipamentos agrícolas.

Para José Pimentel (PT-CE), o registro no Detran estadual é importante por causa do aumento dos casos de furto.

Gurgacz diz que país precisa avançar na questão fundiária

Acir Gurgacz (PDT-RO) disse que o país precisa avançar na questão da regularização fundiária. Com o título de posse, afirmou, o produtor terá acesso a financiamento. Para ele, o registro da terra rural é especialmente importante para a região amazônica.

— Precisamos avançar na entrega dos títulos definitivos de propriedade para quem já tem posse da terra nos nove estados da região — afirmou.

Gurgacz elogiou iniciativas do governo, como o Programa Terra Legal, que pretende entregar 39 mil títulos rurais em 2015. Ele também defendeu PLS 388/2014, de autoria dele, que transfere as terras rurais localizadas em perímetro urbano para os municípios, a fim de que eles façam a regularização.



Waldemir Barrero/Agência Senado

Luiz Henrique lastima tragédia em cidades catarinenses

Luiz Henrique (PMDB-SC) se solidarizou com os moradores de Xanxerê e Ponte Serrada, municípios do oeste de Santa Catarina atingidos por tornado na segunda-feira. O senador também alertou para as mudanças climáticas que têm atingido o planeta.

Luiz Henrique disse que visitará o local hoje, acompanhado do governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo.

— Eu sei que o povo de Xanxerê e Ponte Serrada saberá reconstruir, mas deixo aqui um alerta. Outros povos sofrerão outras tragédias se não for detida essa insanidade ambiental — disse o senador, que lembrou outras catástrofes naturais que atingiram Santa Catarina nos últimos anos.



André Correia/Agência Senado

Dário lamenta destruição causada por tornado em SC

Dário Berger (PMDB-SC) lamentou a destruição causada pelo tornado que atingiu Santa Catarina na segunda-feira. Ele deu números atualizados do prejuízo e alertou para a necessidade de mais preparo na prevenção e no controle desse tipo de fenômeno.

— Precisamos implantar um sistema de controle moderno e eficaz, capaz de prever com antecedência esse tipo de desastre.

Segundo Dário, foram duas mortes confirmadas, 2,5 mil casas atingidas, 120 feridos e milhares de desabrigados. O tornado destruiu 14 torres de alta tensão e derrubou mais 500 postes de energia elétrica, deixando no escuro a população de três cidades do oeste catarinense.



André Correia/Agência Senado

Wellington defende melhorias no setor de infraestrutura

Apesar de sucessivos recordes na produção de grãos no estado, a economia de Mato Grosso tem sido prejudicada pela falta de infraestrutura de transporte e de armazenamento, advertiu Wellington Fagundes (PR-MT).

O senador ressaltou que somente a produção de soja deve ser 9% maior em 2015 que em 2014, o que aumenta a preocupação do setor produtivo. Ele defendeu investimentos maciços na ampliação das malhas rodoviária, ferroviária e hidroviária, visto que o Brasil ainda tem muito a crescer.

— Neste cenário de crise e sacrifício fiscal, um dos caminhos para retomada do crescimento é a manutenção dos investimentos — opinou.



André Correia/Agência Senado

Donizeti destaca avanços tecnológicos da Marinha

Donizeti Nogueira (PT-TO) relatou a viagem a Itaguaí (RJ), a convite da Marinha, para conhecer o Programa Nuclear Brasileiro e o Prosub, programa para desenvolver um submarino com propulsão nuclear. Para ele, os avanços tecnológicos da Marinha serão importantes para o desenvolvimento do país.

O senador também relatou participação no seminário do Instituto Castro Alves, na França, para debater as potencialidades turísticas do Brasil, com foco em Tocantins. Segundo ele, o evento ainda discutiu a situação dos migrantes brasileiros na França.

O senador também defendeu o governo Dilma: — Nós podemos mais do que já fizemos e vamos fazer muito mais pelo país.



Waldemir Barrero/Agência Senado

“Terceirizar a atividade-fim é um retrocesso”, diz Renan

Após criticar projeto que modifica legislação para contratação de terceirizados, Renan recebe o ministro Mangabeira Unger, que pede mais discussão, e Paulinho da Força, que quer rapidez na aprovação

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, criticou ontem o teor central do PL 4.330/2004, que permite que empresas contratem trabalhadores terceirizados para suas atividades-fim. A proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados nesta semana e deverá chegar ao Senado em breve.

— É fundamental regularizar os terceirizados, temos no Brasil 12 milhões. Mas não podemos regulamentar, sob hipótese nenhuma, a atividade-fim. É uma involução, um retrocesso. Significa revogar os direitos e garantias individuais e coletivos — disse.

Renan afirmou que a análise do projeto no Senado será realizada sem pressa, com distribuição correta para as comissões pertinentes, muito debate e durante o tempo que for necessário. Ele alertou para os riscos que podem vir de uma apreciação açodada.

— Não podemos permitir uma discussão apressada que revogue a CLT. Não vamos ter pressa. A matéria tramitou na Câmara por 12 anos — afirmou.



Um dos articuladores do projeto, Paulinho da Força (E), em reunião com Renan

Renan também recebeu ontem o ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Roberto Mangabeira Unger, que pediu mais discussão sobre o projeto.

— Dizer que a terceirização é uma oportunidade para discutir a precarização da força de trabalho é fundamental. Não queremos um trabalho anárquico e desqualificado — destacou o ministro.

No encontro, Renan decidiu convocar uma sessão temática para debater a proposta com

os senadores, o Executivo e as centrais sindicais. Além de Mangabeira, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, será chamado a participar.

Renan também recebeu o deputado federal Paulinho da Força (SD-SP), um dos principais apoiadores do projeto. Paulinho disse que veio apresentar o texto final da Câmara e tentar uma tramitação rápida.

— Vim explicar ao presidente Renan que votamos um projeto que nós consideramos que ficou muito bom — argumentou.

Humberto acusa PSDB de trair os trabalhadores

Ao criticar o projeto aprovado na Câmara que regulamenta a terceirização



André Correia/Agência Senado

(PL 4.330/2004), Humberto Costa (PT-PE) acusou o PSDB de ter se unido a “outras forças conservadoras para derrotar o trabalhador brasileiro”. Em Plenário, o senador ressaltou que, sob o comando do presidente da legenda, Aécio Neves (MG), os tucanos, pressionados pela opinião pública, chegaram a ensaiar voto contrário ao projeto, mas “iludiram a população”.

— O PSDB mostrou de que lado está: contra os trabalhadores e suas conquistas sociais.

Para Regina, projeto ameaça direitos sociais

Para Regina Sousa (PT-PI), o projeto que regulamenta a terceirização é um retrocesso



André Correia/Agência Senado

de direitos sociais conquistados pelos trabalhadores. A pretexto de regulamentar direitos, abre-se uma porteira para terceirização desenfreada, disse a senadora em pronunciamento. Além de precarizar as condições de trabalho, ela crê que o projeto, se virar lei, poderá impactar a economia:

— Ao diminuir o poder de compra, a produção diminuirá. Na prática, essa lei, que maximiza o lucro, é recessiva em médio prazo.

Proposta vai agravar exclusão, alerta Lindbergh

Lindbergh Farias (PT-RJ) contestou o que chamou de “falso discurso de modernidade” por trás da expansão da terceirização, advertindo que a situação do trabalhador pode ficar mais precária.

— O projeto de terceirização vai agravar a exclusão e a discriminação de grupos hoje marginalizados na sociedade.

Na opinião do senador, a proposta deve ser discutida no Senado com tranquilidade e não é possível devolver o texto com a velocidade que espera o presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

Fátima lamenta aprovação do texto na Câmara

Fátima Bezerra (PT-RN) lamentou que a Câmara tenha aprovado o projeto que amplia a terceirização inclusive para área-fim das empresas.

— Os deputados que votaram a favor desse projeto deram as costas para as ruas e para a sociedade — criticou.

A senadora lembrou que há no Brasil cerca de 13 milhões de trabalhadores terceirizados, que trabalham mais e ganham menos. Ela disse acreditar que o Senado fará amplo debate sobre a matéria e que a votação será feita com cautela e responsabilidade.

Lasier denuncia falta de acordo no preço do frete

Lasier Martins (PDT-RS) cobrou atenção às demandas dos caminhoneiros, como o



André Correia/Agência Senado

frete mínimo. O parlamentar denunciou a inabilidade do Executivo em construir um acordo sobre o tabelamento do preço do frete. Lasier disse que o governo não soube resolver as principais reivindicações da categoria.

— Antes das eleições, mantinha os caminhoneiros em uma espécie de país do faz de conta, quando segurava o preço dos combustíveis com fins notoriamente eleitoreiros — denunciou o senador.

Congresso instala comissão para analisar MP do mínimo

O Congresso instalou ontem comissão mista para analisar a Medida Provisória (MP) 672/2015, que estende a atual política de reajuste do salário mínimo até 2019. Pela regra, o aumento do mínimo é calculado com base na inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior, mais a variação do produto interno bruto (PIB) de dois anos anteriores.

O presidente da comissão, deputado Zé Geraldo (PT-PA), minimizou críticas da oposi-

ção ao fato de a Câmara já ter aprovado projeto semelhante (PL 7.469/2014), faltando apenas analisar destaques. Para a oposição, a MP é estratégia do governo para impedir uma derrota no Plenário da Câmara. O deputado, no entanto, diz que a medida trata com mais agilidade o assunto.

O senador Benedito de Lira (PP-AL) é o vice-presidente da comissão e o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), o relator. O deputado Afonso Florence (PT-BA) é o relator-revisor.

Perde vigência medida que libera R\$ 1,47 bilhão ao BNDES

Perdeu a vigência a Medida Provisória 659/2014, editada em novembro, que abriu crédito extraordinário de R\$ 1,77 bilhão a órgãos do Executivo. A MP tinha de ser aprovada pelo Congresso até o dia 20, mas, por falta de acordo entre líderes partidários, nem sequer foi votada na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

A maior parte dos recursos liberados (R\$ 1,47 bilhão) foi utilizada para subsidiar taxas de juros de empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social (BNDES). Também foram destinados R\$ 25 milhões a iniciativas de cooperação humanitária do Ministério das Relações Exteriores; R\$ 66,6 milhões à atuação de forças de segurança no município do Rio de Janeiro; e R\$ 205 milhões para subvenção à remuneração por cessão de energia em Itaipu.

A declaração de perda de vigência, assinada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, foi publicada no *Diário Oficial da União* de ontem.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Vicentinho Alves

Segundo-secretário: Zeze Perrella

Terceiro-secretário: Gladson Cameli

Quarta-secretária: Ângela Portela

Suplentes de secretário:

Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez

Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia

Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes

Coordenação de Edição: Silvío Burle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Cíntia Sasse, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Presidente da República rejeitou trechos como o que permite a partido oriundo de fusão receber parlamentar recém-saído de outra sigla sem que isso acarrete perda de mandato

Jane de Araújo/Agência Senado



Senadores e deputados reunidos em sessão do Congresso: análise de vetos presidenciais está marcada para terça-feira

Congresso analisa veto de Dilma a texto sobre partidos

O CONGRESSO SE reúne na terça-feira para votar os vetos presidenciais a três projetos de lei, entre eles o que impede a fusão de partidos recém-criados. Para um veto ser derrubado, exige-se a maioria absoluta em cada Casa (257 votos na Câmara e 41 no Senado).

O Veto 6/2015 diz respeito ao PLC 4/2015, um dos primeiros projetos da reforma política aprovados pelo Congresso, que exige o mínimo de cinco anos de existência para os partidos que queiram se fundir. O objetivo do projeto — vetado parcialmente por Dilma e que resultou na Lei 13.107/2015 — é evitar legendas criadas só para driblar a fidelidade partidária.

Dilma foi contra estender a partidos oriundos de fusão a mesma permissão garantida

às novas legendas, que podem receber detentores de mandatos antes filiados a outros partidos no prazo de 30 dias desde o registro, sem que isso acarrete perda do mandato desses novos integrantes.

A presidente vetou a nova redação do parágrafo que trata do registro de partido criado a partir da fusão de duas ou mais legendas. Pelo texto original, a existência do novo partido teria início “com o registro no ofício civil (...) do estatuto e do programa”. Ao justificar o veto, argumentou que os textos estariam equiparando dois mecanismos distintos: a criação e a fusão de partidos.

A lei proíbe que as mudanças de filiação ligadas à fusão de partidos sejam consideradas para efeito do cálculo para a

distribuição do Fundo Partidário. A vedação já existe para migrações de parlamentares para os partidos recém-criados. Igual restrição é imposta para o tempo de propaganda no rádio e na TV, cuja divisão também não poderá levar em conta as mudanças de filiação para partidos resultantes de fusão.

Nesses dois casos, prevalecerá o número de votos obtidos na última eleição para a Câmara, exceto quanto ao tempo de propaganda, cuja maior parte — dois terços — é proporcional ao número de deputados. A proposta aprovada prevê que, para o registro de partido nacional, fica mantida a exigência de apoio de 0,5% dos votos na última eleição para a Câmara, mas agora os apoiadores não podem ser filiados a partidos.

Artigos do Código de Processo Civil também foram alvo do Executivo

O Veto 5/2015, por sua vez, relaciona-se ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 166/2010 (ou PL 8.046/2010, na Câmara), que instituiu o novo Código de Processo Civil (CPC). Dilma aplicou sete vetos ao texto aprovado pelo Congresso e encaminhado ao Executivo, composto de 1.072 artigos. Desses, três foram integralmente suprimidos, entre eles o que permitia converter uma ação individual em coletiva, e outros quatro tiveram cortes parciais.

O mecanismo do artigo 333 foi adotado para regular situações em que o interesse que motiva a ação individual afeta igualmente um grupo de pessoas ou mesmo toda a coletividade — por exemplo, ações contra planos de saúde ou denúncias de danos ambientais. Ao justificar o veto, Dilma argumenta que, da forma como foi escrito, o dispositivo poderia favorecer a conversão de ação individual em ação coletiva de “maneira pouco criteriosa, inclusive em detrimento do interesse das partes”.

Outro veto integral atingiu o artigo 1.055, que trata da obrigação de pagamento, por devedor ou arrendatário, dos tributos, multas e taxas incidentes sobre os bens vinculados e de outros encargos previstos em contrato. Pelo artigo, o devedor ou arrendatário não é isento da

obrigação, exceto se ela não for de sua responsabilidade conforme o contrato, ou tiver sido suspensa por via judicial, de modo provisório. A mensagem de veto registra que essas disposições já estão previstas no CPC.

Também recebeu veto integral o artigo 35, que impõe o uso de carta rogatória, um instrumento de cooperação jurídica entre dois países, como meio de cooperação entre órgão jurisdicional brasileiro e outro estrangeiro para a prática de uma série de atos — como citação, intimação, notificação judicial, colheita de provas e obtenção de informações — sempre que o ato estrangeiro envolver decisão a ser executada no Brasil.

Dilma alegou que a imposição da carta rogatória poderia afetar a celeridade e efetividade da cooperação jurídica internacional diante da possibilidade, nas hipóteses citadas, de colaboração ser realizada pela via do auxílio direto.

Já o Veto 7/2015 diz respeito ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 114/2013 (ou PL 4.846/2012, na Casa de origem), que incluía a realização de campanhas educativas sobre limpeza urbana e manejo de lixo entre os itens obrigatórios dos planos estaduais e municipais de resíduos sólidos.

Cédula eletrônica para votação facilita participação social

Está disponível na página do Congresso Nacional na internet a cédula usada pelos parlamentares na votação dos vetos presidenciais. A novidade, utilizada na última sessão do Congresso, em 17 de março, permite a apuração eletrônica dos votos. Para o diretor da Secretaria Legislativa

do Congresso, André Sak, o instrumento estreita a relação do eleitor com o parlamentar na democracia participativa. Ele explicou que, pelas regras agora em vigor, sempre que houver vetos em pauta, a cédula eletrônica, contendo todos os dispositivos dos vetos em análise, estará disponível

para qualquer cidadão.

— Antes ninguém tinha acesso à cédula. Agora, além de terem o acesso, as pessoas ainda podem preencher e imprimir. Essa é a primeira ferramenta de uso parlamentar que também pode ser usada pelo cidadão, mesmo que sem efeito jurídico. É um prenúncio da democracia

direta — ressaltou Sak.

O diretor disse que o cidadão estará exercendo uma atividade parlamentar e afirmou que os votos servem ainda para pressionar os parlamentares, já que podem ser impressos e levados aos gabinetes.

O novo sistema também possibilita acompanhar pela

página do Congresso como votou o seu parlamentar. Os cidadãos que desejam participar da atividade legislativa também podem utilizar o Portal e-Cidadania e o Alô Senado (0800 612211).

 Cédula para votação de vetos:
www.congressonacional.leg.br

Para Reguffe, triplicar valor do Fundo Partidário é “tapa na cara” do contribuinte

Reguffe (PDT-DF) afirmou que o aumento da verba destinada ao Fundo Partidário é um acinte e um inaceitável tapa na cara do contribuinte brasileiro. O senador disse que o fundo não devia nem sequer existir e defendeu que os partidos políticos sobrevivessem com doações dos filiados.

— Nosso Congresso promove um aumento de R\$ 289 milhões para R\$ 867 milhões. Isso é dinheiro público. É coisa séria, não pode ser encarado como algo natural. Será que é correto triplicar o valor do fundo de um ano para o outro? — indagou.



André Cordeiro/Agência Senado

Jucá defende aumento de recursos para partidos, autorizado por Dilma

Romero Jucá (PMDB-RR) disse que o aumento do montante reservado para o Fundo Partidário foi reivindicado pela maior parte dos partidos. Relator do Orçamento 2015, foi ele quem incluiu no projeto o aumento de R\$ 289,5 milhões para R\$ 867,5 milhões. O senador, que é contrário ao financiamento público de campanhas, defendeu a presidente.

— Quero fazer justiça à presidente Dilma. Ela não poderia vetar os recursos do Fundo Partidário, pois ou vetava tudo ou nada. Vetar todo o fundo deixaria o funcionamento dos partidos totalmente prejudicados — argumentou.



Marcos Olivério/Agência Senado

Telmário quer reunir propostas da reforma política e propõe reduzir custos de campanhas

Telmário Mota (PDT-RR) propôs a aglutinação de todas as propostas relacionadas à reforma política para votação pelo Senado. Ele defendeu o financiamento público de campanhas e sugeriu que os candidatos conversem mais com o eleitor em vez de gastar com agências de publicidade. Para o senador, se persistir o financiamento empresarial, a eleição de candidatos mais pobres será inviabilizada.

— Partido se faz com dinheiro, sim, mas partido se faz com militância, com ideologia, principalmente. Se você colocar militância, se você tiver um princípio ideológico, você encontra uma camada dentro da sociedade que ajuda até na busca de recursos.

Benedito de Lira afirma que investigação de membros do PP é parte da democracia

Benedito de Lira (PP-AL) fez um histórico do Partido Progressista. O senador contou que o PP existe há 20 anos, tendo sido “forjado na força, na determinação, e na perseverança de seus integrantes”. Segundo ele, o partido foi fundado com o compromisso constitucional de defender a democracia e a soberania do país. Segundo ele, a legenda possui 1,4 milhão de filiados.

— A história do PP está cheia de exemplos de dedicação. Hoje, é um partido engajado com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária — disse.

Para ele, a investigação de irregularidades na Petrobras, para apurar denúncias contra integrantes do PP, evidencia um país que vive em democracia.

Durante a votação da proposta na Comissão de Relações Exteriores, senadores citaram financiamento do BNDES para a construção do Porto de Mariel, em Cuba

Avança fim de sigilo em empréstimo a outros países

AS CONDIÇÕES DE empréstimos feitos por instituições financeiras públicas brasileiras a outros países deverão ser de conhecimento público, sem sigilo bancário, segundo o Projeto de Lei do Senado 26/2014 — Complementar, que foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A proposta é de Alvaro Dias (PSDB-PR) e ainda será votada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) e pelo Plenário.

Caso já estivesse em vigor, a norma não permitiria a existência de cláusulas secretas como as existentes no acordo de financiamento para a ampliação do Porto de Mariel, em Cuba. A obra se tornou possível depois da concessão de um empréstimo de US\$ 800 milhões a Cuba pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A operação financeira esteve no centro dos debates sobre o projeto na comissão.

O relator da proposta, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), apresentou voto favorável, invocando a necessidade de absoluta transparência no uso de recursos públicos.

Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou o projeto, argumentando que o BNDES já oferece mais transparência do que a maioria dos bancos estrangeiros.



Senadores debatem sobre confidencialidade dos empréstimos na reunião em que texto foi aprovado

Ele acrescentou que o financiamento permitiu a criação de 150 mil empregos no Brasil, em empresas nacionais contratadas para a realização da obra.

Jorge Viana (PT-AC) recordou que diversos outros países oferecem empréstimos com condições sigilosas, beneficiando suas empresas no exterior. Da mesma forma, Hélio José (PSD-DF) defendeu a manutenção do sigilo bancário nas operações internacionais. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), por sua vez, defendeu a “solidariedade internacional” a pequenos países e sugeriu a realização de uma audiência

pública sobre o projeto — ideia rejeitada pela comissão com o voto de Minerva do presidente do colegiado, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

A favor da aprovação do projeto, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) acusou o BNDES de “não querer abrir sua caixa-preta ao povo brasileiro”. Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que não era contra o empréstimo a Cuba, mas condenou o sigilo em operações feitas com recursos públicos. Ana Amélia (PP-RS) ressaltou que não se discutia Mariel, mas sim o princípio da transparência. Magno Malta (PR-ES) advertiu que,

em tempo de crise política, a possível recusa em tornar públicos os dados de financiamentos externos “cheira mal”.

Médicos

A comissão aprovou dois requerimentos de Ronaldo Caiado (DEM-GO). O primeiro solicita o envio de um convite ao ministro da Secretaria de Direitos Humanos, Pepe Vargas, para falar sobre a situação de médicos cubanos inscritos no Programa Mais Médicos. Também serão ouvidos representantes do Ministério da Saúde e da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). O segundo é de um convite à direção da Petrobras para explicar a doação de uma usina termelétrica à Bolívia.

Foi aprovado ainda um requerimento de Cristovam Buarque para a realização de audiência pública sobre a abertura de novas embaixadas brasileiras no exterior na última década.

A comissão aprovou um pedido de Ferraço para a realização de um debate sobre a liberdade de expressão na América do Sul, com a presença de representantes de organizações não governamentais de defesa dos direitos humanos. Finalmente, os senadores deram parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo 35/2015, que ratifica um acordo de cooperação técnica entre o Brasil e a Guiné.

Comissão sabatina novos embaixadores

Energia, cultura e ciência e tecnologia deverão estar entre os principais temas da cooperação com o Reino Unido nos próximos anos, segundo o ministro de primeira classe Eduardo dos Santos, designado para a embaixada do Brasil naquela nação. Sua indicação foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que também aprovou a indicação do ministro de segunda classe Cícero Martins Garcia para representar o Brasil na Geórgia.

Eduardo dos Santos já serviu na Embaixada do Brasil no Reino Unido, nos anos 90, e frisou a grande aproximação entre as duas nações desde então. O relacionamento bila-

teral, segundo ele, atingiu “seu mais alto nível político”. Os dois governos estão desenvolvendo diálogos estratégicos em áreas como petróleo e gás, mineração, ciência e tecnologia e cultura. Ele admitiu, porém, que o comércio bilateral — US\$ 7 bilhões — pode ser melhor.

Por sua vez, Cícero Martins Garcia, designado para a embaixada na Geórgia, observou que desde a Revolução das Rosas, em 2003, o país procura se abrir ao Ocidente e tenta integrar a União Europeia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

Nos anos de 2010 e 2011, foram abertas as embaixadas em Brasília e Tbilisi. As exportações brasileiras para o país alcançaram US\$ 276 milhões em 2014. Além disso, a Geórgia tem se colocado a favor de várias indicações brasileiras para organismos internacionais e apoia a participação brasileira no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Durante a sabatina, o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) recordou a presença de investimentos britânicos em Minas Gerais e elogiou o sistema democrático da Geórgia. Tasso Jereissati (PSDB-CE) defendeu maior aproximação com o Reino Unido e lamentou que o comércio entre os dois países tenha se “estagnado”. Ana Amélia (PP-RS) pediu a Garcia que analise a ampliação das vendas à Geórgia de carnes e soja do Rio Grande do Sul.

Luiz Henrique (PMDB-SC) defendeu o resgate do relacionamento industrial, comercial e na área de serviços com a Inglaterra e Hélio José (PSD-DF) pediu maior cooperação entre o Brasil e o Reino Unido em energias alternativas, como a eólica. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) solicitou ao embaixador Eduardo dos Santos que acompanhe as denúncias de evasão de recursos de origem ilícita para paraísos fiscais localizados em ilhas do Reino Unido.

Plenário aprova acordos internacionais e cria comissão para visitar Casa Civil

O Plenário do Senado aprovou dois acordos internacionais assinados pelo Brasil. O primeiro, com a República Tcheca, é sobre cooperação em matéria de defesa. A proposta teve parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores (CRE), conforme relatório de Cristovam Buarque (PDT-DF).

O outro acordo, com a República dos Camarões, trata de cooperação no turismo e teve relatório de Marta Suplicy (PT-SP). Os senadores aprovaram ainda a criação de comissão temporária externa, formada por três membros, para visitar a Casa Civil e discutir a situação das agências reguladoras.

Ministro da Educação Superior da Nova Zelândia fala em audiência terça-feira

A Comissão de Educação e Cultura (CE) faz audiência pública na terça-feira, às 9h, com o ministro da Educação Superior, Desenvolvimento Profissional e Empregabilidade da Nova Zelândia, Steven Joyce.

Joyce também é o titular das pastas de Desenvolvimento

Econômico e de Ciência e Inovação e membro do Parlamento neozelandês.

O requerimento pedindo a realização da audiência é de autoria do presidente da comissão, Romário (PSB-RJ), da vice-presidente, Fátima Bezerra (PT-RN), e de Lídice da Mata (PSB-BA).

Para Ferraço, governo falha ao optar pelo isolamento na política externa

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) lamentou o que chamou de equívocos da política externa brasileira. Ele criticou o isolamento do país, a prioridade dada ao Mercosul e a falta de acordos internacionais.

— A política externa pode abrir portas para a presença brasileira no mundo afora. Isso



significa a geração de oportunidade.

Ferraço elogiou a iniciativa do presidente dos EUA, Barack Obama, que obteve a autorização do Congresso para acelerar a

formação de um bloco comercial. O senador lamentou que o Brasil assistia a esse acordo sem buscar interação.

Reino Unido

- » Área: 243.610 km²
- » Capital: Londres
- » População: 63.742.977
- » PIB per capita: US\$ 44.141
- » Exportações brasileiras: US\$ 3,827 bi
- » Importações brasileiras: US\$ 3,257 bi



Geórgia

- » Área: 69.700 km²
- » Capital: Tbilisi
- » População: 4.935.880
- » PIB per capita: US\$ 3.607
- » Exportações brasileiras: US\$ 276 milhões
- » Importações brasileiras: US\$ 4 milhões



Fontes: www.brasilexport.com.br e Cia World Factbook